

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Zero Hora Class.: 169Data 11/07/90 Pg.: \_\_\_\_\_

## Anistia denuncia as perseguições étnicas

□ Grupo internacional de defesa dos direitos dos cidadãos divulga informe sobre situação de 1989. Quatro páginas falam dos fatos no Brasil

Dezenas de milhares de pessoas foram torturadas, executadas ou detidas ilegalmente, no ano passado, por governos que tentavam acabar com tensões nacionalistas e étnicas. — Comunidades inteiras foram reprimidas, pessoas que lutavam pelos direitos de grupos indígenas desapareceram, e aqueles que exigiam estados independentes foram fichados, detidos e torturados —, afirmou a Anistia Internacional, em seu relatório, ontem divulgado, sobre a situação dos direitos humanos no mundo em 1989.

Além disso, mais da metade dos países do mundo mantêm prisioneiros

por razões políticas, 80 nações detiveram prisioneiros, de consciência mesmo exercendo pacificamente seus direitos humanos básicos e em um terço dos países os prisioneiros foram detidos sem nenhuma acusação formal ou julgamento prévio.

Com 368 páginas, detalhando a situação dos direitos humanos em 138 países, o informe da Anistia — divulgado também em São Paulo pelo presidente da Seção Brasileira, Rodolfo Konder — reserva quatro páginas para o Brasil, destacando especialmente a situação das comunidades indígenas. Segundo a Anistia, numerosos membros destas comunidades têm sido mortos por tentar defender suas terras de incursões de companhias de minérios e madeireiras, efetuadas com o consentimento das autoridades.

**EXECUÇÕES** — O grupo dos direitos humanos comprovou as execuções

de 2.229 prisioneiros somente no ano passado, em 34 nações. Outros 2.826 foram condenados à morte em 62 países. A Anistia Internacional denunciou ainda que prisioneiros foram torturados ou maltratados em cerca de 100 países, acrescentando que mortes causadas pela tortura ou por condições desumanas de encarceramento ocorreram em dezenas de nações.

O relatório denunciou que dezenas de milhares de pessoas foram torturadas, executadas ou detidas ilegalmente por governos que tentavam acabar com tensões nacionalistas e étnicas. "Comunidades inteiras foram reprimidas, pessoas que lutavam pelos direitos de grupos indígenas desapareceram, e aqueles que exigiam estados independentes foram fichados, detidos e torturados", afirmou a organização, com base em Londres, cuja principal missão é de-

nunciar violações dos direitos humanos.

**DESAFIO** — Contra um fundo de grandes mudanças políticas no Leste europeu, na África e em outras regiões, grupos étnicos e nacionalistas desafiaram frequentemente governos, exigindo autonomia, mais território ou buscando preservar suas identidades culturais, disse ainda a Anistia em seu relatório de 298 páginas. Os conflitos irromperam quando os governos tentaram esmagar os movimentos, através do que a Anistia chamou de "brutais violações em nome da segurança nacional e da lei".

Ainda de acordo com o relatório, forças de segurança oficiais ou "esquadrões da morte" ligados a governos assassinaram supostos críticos ou adversários dos regimes estabelecidos em mais de 35 países. O grupo citou em especial a sangrenta repressão na

China a milhares de manifestantes que, desarmados, pediam mais democracia na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em junho de 1989. Relatou igualmente 20 vítimas fatais na república soviética da Geórgia, mortas por soldados e policiais que supostamente usaram gás, armas de fogo e gás venenoso para dispersar uma manifestação pró-independência.

As execuções judiciais aumentaram significativamente em vários países, incluindo o Irã, onde pelo menos mil pessoas foram enforcadas sob uma nova lei que impõe a pena capital para condenados por posse de drogas. A Anistia, que lançou uma campanha internacional para acabar com a pena de morte, informou que três países — Camboja, Nova Zelândia e Romênia — aboliram a pena capital para todos os crimes. O Nepal e a Hungria puseram fim às execuções por crimes contra o estado. (UPI-AG)